



UNIVERSIDADE LA SALLE

CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: REFLEXOS NA SAÚDE MENTAL

Franciele Ortiz da Mota Barcelá¹

Maria de Lourdes Borges²

Resumo:

A institucionalização infanto-juvenil tem demonstrado uma importante temática na atualidade, pensando acerca dos direitos e deveres já conquistados para a população. Nesse sentido, o objetivo que norteou este estudo foi compreender quais são os principais reflexos gerados na saúde mental de crianças e adolescentes inseridos em instituições de acolhimento, embasado em uma revisão sistemática de literatura. Foi realizada uma revisão sistemática, onde foram selecionados 19 artigos encontrados nas bases de dados SCIELO, LILACS E PEPSIC publicados entre 2014 a 2024. Os resultados encontrados indicaram que o acolhimento institucional pode trazer prejuízos à saúde mental, mas também pode promover bem-estar e suporte emocional. Além disso, reforça a importância dos serviços em rede para fomentar a garantia dos direitos e deveres, na tentativa de redução dos danos à saúde física, mental e emocional.

Palavras-chave: Saúde mental, Instituições de acolhimento, Infância; Adolescência.

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assegura integralmente os direitos da população infanto-juvenil. Conforme consta no Art. 4º, os direitos referem à vida, saúde,

¹Graduanda em Psicologia pela Universidade La Salle. Email: franciele.202212724@unilasalle.edu.br, Orcid 0009-0002-8763-1173. Trabalho de Conclusão de Curso, Semestre 2024/2.

²Psicóloga, doutora e mestre em Administração. Professora da Graduação de Psicologia e do Programa de Pós Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle. E-mail maria.borges@unilasalle.edu.br e Orcid <https://orcid.org/0000-0002-1277-5773>.

alimentação, educação, lazer, cultura, dignidade, respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária das crianças e dos adolescentes. Cabe à família, comunidade em geral e ao poder público, garantir a não violação dos mesmos, de tal forma que, a infração possa implicar medidas protetivas de acolhimento institucional (ECA, 2022).

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Conselho Nacional do Direito da Criança e Adolescente (CONANDA) são órgãos competentes para acompanhar os trabalhos realizados dentro das instituições de acolhimento. Desse modo, há um guia de referência nomeado como, “Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”³ (2009), nele encontram-se normativas que regulamentam a prática destes serviços, situado em todo o território nacional. Esses locais de referências estão inseridos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde se caracteriza os atendimentos, por sua vez, em alta complexidade. Importante ressaltar, ainda que sob cuidados institucionais, o convívio familiar deve ser preservado a família de origem para com o segurado, desde que o mesmo não tenha o poder destituído judicialmente (ECA, 2022). Segundo Rocha (2023), o acolhimento institucional é compreendido como uma medida de proteção via judicial, o intuito deste serviço visa proteger crianças e jovens que possuem seus direitos violados ou ameaçados por parte de seus familiares.

Conforme consta nos dados disponíveis pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ (2024), no Brasil o número de crianças e adolescentes institucionalizados era de 33.336. Destes 4.870 aguardam para adoção, 1.292 em busca ativa, 5.590 já em processo de adoção e o número de serviços de acolhimento era de 7.307. Estima-se que mundialmente, há aproximadamente 2,7 milhões de pessoas entre 0 a 18 anos incompletos residindo em acolhimento institucional (CNJ, 2024).

Segundo Lemos, Gechele e Andrade (2017), estudiosos sobre a socioafetividade na infância, destacam a relevância do vínculo, nessa fase da vida, para o desenvolvimento social e psíquico. Winnicott (2001) aborda a dependência do bebê em relação à mãe, já Bowlby (2002), traz importantes reflexões sobre a

³ A resolução conjunta de Nº 1, de 18 de junho de 2009, aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, definindo que o CNAS e o CONANDA deverão adotar as medidas de divulgação do guia, assim como visa regulamentar os serviços de acolhimento institucional no âmbito Estadual, Municipal e do Distrito Federal. As práticas devem pautar nos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

teoria do apego, que varia do nascimento aos seis anos de idade. Desse modo, a vinculação afetiva está diretamente relacionada à sensação de apoio e segurança emocional, que por sua vez implica na saúde mental. Na contrapartida, crianças em situação de abandono ou negligenciadas, ocasiona o rompimento do apego seguro da figura materna, tornando fundamental que instituições de acolhimento busquem suprir essas demandas emocionais, na tentativa de reduzir danos psíquicos (Diniz; Assis, 2018).

Segundo Fonseca (2017), ao passar para a adolescência, observa-se que ela ocorre como uma fase transitória entre infância e jovem adulto, contudo, neste período emergem diferentes mudanças no cognitivo, físico, emocional e social. A compreensão do modo como os adolescentes vivenciam a institucionalização, ainda não é clara, pois seu desenvolvimento no ciclo vital pode apresentar-se precocemente nessas circunstâncias, causando danos irreversíveis (ECA, 2022). Fonseca (2017) refere-se às ideias de Ianelli et al, (2015) indicando a relevância dos vínculos afetivos para constituir sua identidade, de modo que a ausência desses vínculos pode ocasionar sentimentos de insegurança e/ou rejeição.

Os impactos da institucionalização deixam marcas físicas e emocionais por quem passa por esses serviços, de modo que a socioafetividade é a base da constituição humana (Lemos; Gechele; Andrade, 2017). Os cuidadores dos lares tornam-se a principal rede de apoio social e afetivo dessas crianças e jovens. No entanto, existem barreiras psíquicas que dificultam o estreitamento das relações, com isso, torna-se fundamental respeitar as diversidades, dar tempo ao tempo e conquistar seu espaço como rede de apoio e amparo (Diniz; Assis, 2018). O **objetivo** deste artigo foi mapear quais são os impactos da institucionalização na saúde mental da população infanto-juvenil, por meio de uma revisão sistemática de literatura nas bases de dados SCIELO, LILACS e PEPSIC publicados entre os anos 2014 a 2024 e no idioma português.

2. Referencial Teórico

2.1 Contextualizando o Acolhimento Institucional

Miranda (2016) refere-se às ideias de Souza (2003) para compreender a história pregressa dos serviços de acolhimento. Na época ficaram conhecidos como

locais para abrigamento de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social. Em meados do século XX, no ano de 1927, ocorreram três importantes movimentos no âmbito externo, que serviram para nortear a constituição dos direitos da criança e do adolescente atualmente. A primeira iniciativa foi de enfatizar as fragilidades do público infantil, a segunda proposta denominou-se a Declaração dos Direitos da Criança e a terceira iniciativa regulamentou a idade mínima para a inserção no mercado de trabalho. Já no âmbito interno, também houve debates significativos, para a defesa da criança, enfatizou-se a garantia ao acesso à alimentação adequada. Miranda (2016) refere-se à ideia de Rizzini e Rizzini (2004) para discutir outro tópico em destaque, dessa vez em defesa da sociedade, a preocupação correspondia a necessidade de redução dos atos infracionais para o “salvamento”⁴ da criança e do País. Desse modo, a população que esteve e segue sendo marginalizada pela sociedade, encontra-se nessa situação em decorrência da pobreza e da violação dos direitos básicos. Essas duas problemáticas estão consolidadas no Decreto no 17.943-A, mais tarde citadas pelo ECA. A evolução pregressa para obtenção dos direitos humanos da população infanto-juvenil, foi um processo gradual, abaixo segue o (Quadro 1), com as principais legislações que norteiam seus avanços.

Quadro 1: Evolução da legislação dos direitos da criança e do adolescente

Lei/Ano	Características	Avanços
Decreto 17.943-A, de 1927	Código de Menores	Reconhecer os primeiros direitos à vida, à saúde e à identidade
Decreto-Lei n° 525, de 1938	Criou o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS)	Tornar regularmente as subvenções da União e entidades assistenciais
Decreto-Lei n° 2.024, de 1940	Criou novas estruturas federais	Estabelecer fontes de financiamento para ações desenvolvidas por entidades socioassistenciais
Decreto-Lei n° 3.799, de 1941	Criou o Serviço de Assistência ao Menor (SAM)	Sistematizar e orientar os serviços de abrigamento dos menores
Decreto-Lei n° 4.513, de 1964	Criou a Fundação Nacional do Bem estar do Menor (Funabem)	Substituir o SAM, também responsável por formular e implantar a Política Nacional de Bem estar do Menor

⁴ A expressão “salvar a criança” e “salvar o Brasil” foi utilizada como termo por Rizzini e Rizzini (2004), para referir-se à delinquência infanto-juvenil correlacionada à pobreza da época.

		(PNBEM)
Decretos-Leis nº 5.258, de 1967, e nº 5.439, de 1968	Criou o aumento da responsabilização penal para 18 anos	Redefinir medidas a serem aplicadas a menores infratores
Decreto-Lei nº 229, de 1967	Criou Lei de Trabalho	Regulamentar condições de trabalho do adolescente
Decreto-Lei nº 6.697, de 1979	Código de Menores	Direito à convivência familiar e comunitária
Ano de 1985	Defesa dos direitos da criança e do adolescente	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
Constituição de 1988 Art. 227	Atenção pública a ser prestada à criança e o adolescente	Cabe à família, ao Estado e à sociedade assegurar os direitos, salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão
Decreto-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Política de proteção integral às crianças e adolescentes, a ser desenvolvida por uma rede ampla de instituições: Conselho Tutelar, Juizado da infância e adolescência, Defensoria Pública, Assistência Social, entre outros...
Decreto-Lei nº 8.242, de 1991	Criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)	Composto por representantes governamentais e não-governamentais
Decreto-Lei nº 8.742, de 1993	Criou o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)	A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), extinguiu o (CNSS) que foi substituído pelo (CNAS)
Ano de 2006	Criou o plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária	Reestruturação dos serviços sociais, incluindo o serviço de acolhimento institucional
Resolução conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009	Criou o guia Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	Documento que regulamenta e reestrutura os serviços de acolhimento

Fonte: Embasado em Miranda (2016)

Conforme Rizzini e Rizzini (2004), anterior a implementação do ECA, as medidas protetivas eram em formato de internação, sob a privação de liberdade e cumprimento de medida socioeducativa. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, foi construído o Guia de Orientações Técnicas, com intuito de definir as obrigatoriedades das instituições de acolhimento. Também devem ser regulamentados pelo CNAS e CONANDA, estes são órgãos de referência para o acompanhamento e certificação de que o planejamento das instituições esteja em pauta e atualizado (Brasil, 2009).

Os critérios nomeados no guia, referem a padronização dos locais e formas de atuação. O público alvo, na necessidade de usufruir das instituições de acolhimento, excepcionalmente como último recurso, em caráter provisório, não deve ultrapassar período máximo de dois (02) anos, sendo necessário ter entre zero a 18 anos de idade incompletos. O objetivo inicial fundamenta a reinserção ao contexto familiar, no entanto, havendo o poder familiar destituído, o acolhido pode ser encaminhado para o processo de adoção. Quanto aos centros de acolhimento, obrigatoriamente necessitam ser em ambiente similar ao contexto familiar, com boa localização para contribuir a inserção ao meio social e comunitário, fácil acesso escolar, unidades de saúde, entre outras características. Os locais necessitam possuir equipe técnica, por exemplo, psicólogo e assistente social, para acompanhamento da família e do acolhido, através do Plano de Atendimento Individual e Familiar (PAIF) e comunicação com o poder judiciário (Brasil, 2009).

2.2 Desenvolvimento socioafetivo e saúde mental

Anterior a quaisquer compreensão sobre o desenvolvimento, fase transicional ou reflexos nas relações interpessoais, é imprescindível observar e analisar o que configura-se por saúde mental. Posto isso, a saúde mental configura uma rede de fatores relacionados, ou seja, objetiva o bem-estar integral por intermédio das habilidades pessoais, e na interação social independente dos desafios do contexto inserido. Saúde mental possui características biopsicossociais, pois ela envolve físico, emoções e os meios de interação com o ambiente, sendo assim, o bem-estar implica no importante papel de cuidar de si e apoiar os outros (OMS, 2024).

Segundo Wallon (2010), fundador da teoria psicogenética do desenvolvimento da personalidade, a afetividade está integrada com a inteligência.

O autor analisa as fases do desenvolvimento humano e menciona que, através das experiências podem ocorrer rupturas e sobreposições, desse modo, o ciclo vital não é compreendido como linear, como acreditava Piaget. Para Wallon, a etapa do desenvolvimento atual é constantemente impactada pelo ambiente, pelas relações e através das manifestações afetivas. Sendo assim, exige a necessidade de ressignificar e ampliar os mais diversos contextos que o sujeito esteja inserido.

Durante a infância há períodos de maior interiorização e outros de maior exteriorização, entendidos como base para os estágios do desenvolvimento humano. A primeira infância é marcada pela construção da afetividade nas relações sociais e a interação com o ambiente. Os marcos do desenvolvimento evoluem de modo progressivo, por exemplo, sensório motor, aquisição da fala, personalidade e a autoconsciência, podendo ou não refletir na proximidade ou oposição ao adulto. Já no período da adolescência, marcada por conflitos internos e externos, instiga o adolescente a voltar-se a si mesmo, buscando a autoafirmação e muitas vezes, neste período define sua sexualidade. Importante salientar que o desenvolvimento socioafetivo que inicia desde o nascimento não finda na adolescência, embora seja um período crucial para o sujeito se conhecer (Wallon, 2010).

Em virtude dos inúmeros estudos realizados, com foco em compreender a importância dos vínculos afetivos no contexto familiar, o psicanalista John Bowlby (2002) trouxe importantes reflexões acerca da teoria do apego. Desde os primeiros meses de vida, a criança desenvolve seu psiquismo com intuito de poder distinguir-se do outro. Durante o período do puerpério o bebê não difere-se da mãe e/ou cuidador principal, o cerne da relação mãe/bebê é o alimento, a proteção e o afeto, por consequência interpreta um único ser. Ainda sobre Bowlby, a teoria do apego foi definida por meio de três características principais, sendo elas, proximidade entre mãe/bebê, base segura de apego e protesto contra separação (Souza et al., 2020).

Vieira (2020) refere-se às ideias de Bowlby (2006) para analisar os reflexos positivos no desenvolvimento psicológico saudável, ainda sob cuidados de um relacionamento de base segura e afetiva. Na contrapartida, quando ocorre a ruptura na relação mãe/bebê, existe uma considerável prevalência a causar danos irreparáveis no desenvolvimento socioafetivo do bebê e/ou criança. Durante a Segunda Guerra Mundial, Bowlby dedicou-se a trabalhar com crianças que eram removidas de seus lares, para serem abrigadas em lares institucionais. Foi a partir

desses estudos, que observou-se os prejuízos por meio da ansiedade e sofrimento emocional em crianças pequenas, quando afastadas do contexto familiar (Bowlby, 2006).

Por sua vez, a rede familiar exerce influência significativa no desenvolvimento biopsicossocial ao longo dos primeiros anos de vida de uma pessoa. Entende-se por família um sistema em que seus integrantes estabelecem relações de intimidade, reciprocidade, dependência, afeto e poder, condicionadas por vínculos sanguíneos e legais ou por compromissos estabelecidos formalmente perante a legislação (Salles et al., 2016). Em outras palavras, o desenvolvimento humano sofre impactos tanto biológicos, psicológicos quanto socioculturais, com base nos mais diversos contextos que a pessoa esteja inserida. Desse modo, as relações familiares podem estar atreladas a laços sanguíneos, já as relações sociais conectam-se a partir do desenvolvimento socioafetivo.

Conforme Parra, Oliveira e Maturana (2019), a população infanto juvenil em seio familiar tem sido exposta constantemente a violação de seus direitos, seja por meio da negligência, abandono, violências de modo geral, entre tantos outros prejuízos biopsicossocial. A institucionalização precoce reverbera através de comportamentos inapropriados e sentimentos de inadequação, podendo gerar danos à saúde emocional e mental dessas crianças e jovens. Ainda sobre os acolhimentos institucionais, para além de sequelas cognitivas e psicológicas, Parra, Oliveira e Maturana (2019), traz a seguinte reflexão:

Um estudo feito apresentou os problemas de aprendizagem dessas crianças e adolescentes, e relaciona essas dificuldades devido à insegurança emocional e material fruto da ausência de familiares e de um ambiente estimulador, já que, muitas vezes, nos abrigos, o baixo número de cuidadores por criança pode não favorecer a construção de laços afetivos e significativos de forma a contribuir para futuras dificuldades de aprendizagem (Andrade, 2011).

Desse modo, os reflexos da institucionalização podem ser de proteção ou risco, portanto, implicar a responsabilidade dos órgãos competentes na assertividade das escolhas de uma equipe com qualidade, cuidar da estrutura física, ambiente que acolhe, estimular a promoção da subjetividade e respeitar as diversidades, são ações necessárias para o bom desenvolvimento dos locais (Parra; Oliveira; Maturana, 2019). Esses cuidados podem trazer conforto na tentativa de

minimizar as dores emocionais de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente.

3. Metodologia

O presente artigo realizou uma revisão sistemática da literatura, sobre os reflexos na saúde mental de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. A revisão sistemática é um método de busca, que possibilita analisar estudos científicos sob a ótica de averiguar os resultados alcançados, acerca da temática e sua pergunta de pesquisa. Para promover a eficácia do levantamento teórico, é necessário realizar buscas em materiais alinhadas ao objeto de estudo. Desse modo, torna-se primordial ter uma pergunta de pesquisa estabelecida e através das buscas realizadas, filtrar os materiais encontrados realizando critérios de inclusão e exclusão dos artigos conforme a análise do estudo do tema selecionado (Koller; Couto; Hohendorff, 2014).

3.1 Critérios de inclusão

O primeiro critério de inclusão se refere à disponibilidade virtual das pesquisas nas seguintes bases de dados: SCIELO, LILACS e PEPSIC, sendo que a versão completa de cada artigo deve estar disponível. Os descritores incluídos foram: acolhimento institucional, criança e adolescente. Inicialmente buscou-se adicionar o descritor "saúde mental", porém não se obteve resultados significativos. Foram incluídos artigos publicados entre os anos de 2014 e 2024 e no idioma português.

3.2 Critérios de exclusão

Foram excluídos artigos que se encontraram com texto incompleto, e aqueles que não abordaram o tema proposto. Também foram desconsideradas publicações de trabalhos em outro idioma e/ou com período de publicação anterior a 2014.

3.3 Estratégia de Busca

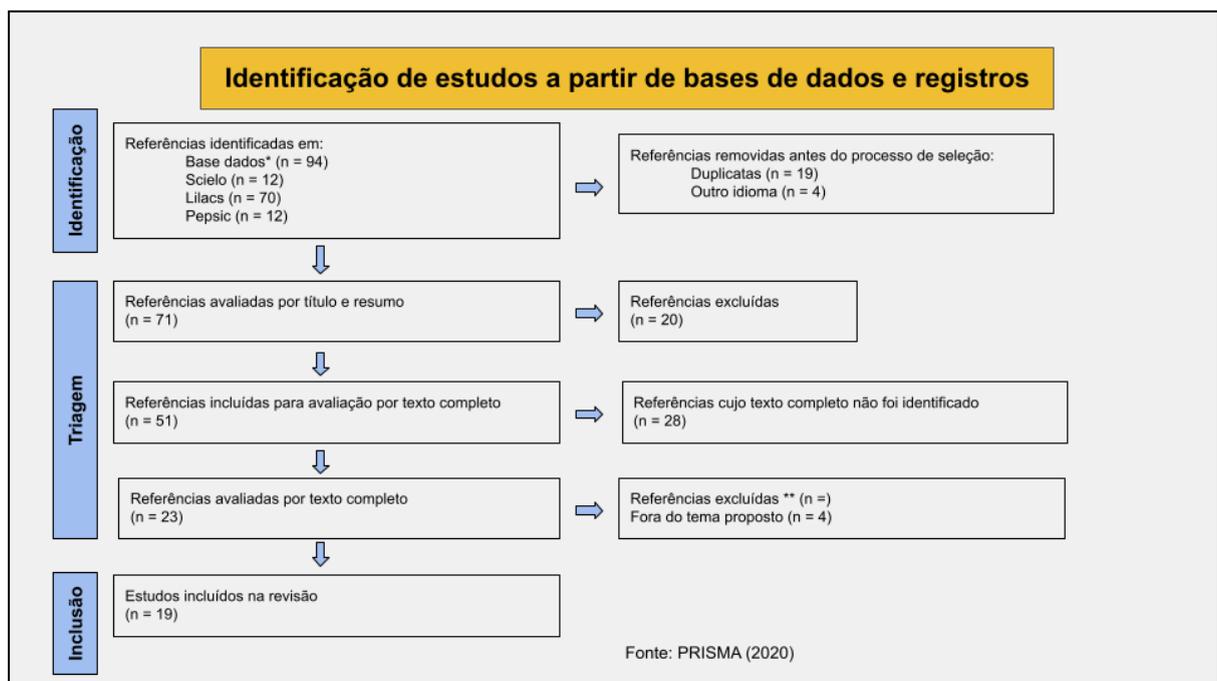
Os artigos foram pesquisados na base de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Rede Latino-Americana de Periódicos de Psicologia (PEPSIC). Na

coleta dos artigos buscou-se na base de dados a combinação dos descritores e operadores booleanos: acolhimento institucional *and* crianças *and* adolescentes.

Conforme a figura 1 foram localizados 94 artigos, dos quais 19 foram excluídos por estarem duplicados, 4 artigos por estarem em outro idioma, 20 artigos foram excluídos, pois título e/ou resumo não corresponderam com a temática, 28 artigos excluídos por não apresentarem texto completo e 4 artigos excluídos, pois apresentaram-se fora do tema proposto. Restando assim, 19 artigos incluídos na seleção final.

Para um melhor entendimento, a Figura 1 mostra como ocorreram as fases de identificação, triagem e inclusão dos artigos, resultando em 19 artigos selecionados para esta revisão sistemática.

Figura 1: Identificação de estudos a partir de bases de dados e registros



Fonte: Prisma (2020)

A seguir são apresentados os 19 artigos selecionados para revisão de literatura, os quais foram obtidos no seu formato completo e analisados de acordo com o objetivo da pesquisa.

4. Análise

Os estudos realizados buscam entender de quais modos a institucionalização pode impactar na saúde mental e emocional de crianças e adolescentes, público este que se encontra sob cuidados temporários e/ou definitivos pelo poder público. Conforme no (Quadro 2), segue as origens das publicações consultadas e métodos utilizados.

Quadro 2 - Principais características dos artigos selecionados

Nº	Bases de Dados	Periódico / revista	Autores	Título do Artigo	Metodologia
1	Scielo	Ciência e Saúde Coletiva	Nogueira et al, 2024	A medida protetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na perspectiva dos estudos nacionais	Revisão integrativa
2	Lilacs	Psicologia : Ciência e Profissão	Czelusniak et al, 2023	Implicações da Prática Profissional no Acolhimento Institucional de Crianças: Perspectiva de Cuidadoras	Estudo de pesquisa qualitativa, onde entrevistaram 10 profissionais cuidadoras
3	Lilacs	Revista Psicologia , Diversidade e Saúde	Fermino; Lima, 2023	Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização	Pesquisa qualitativa, descritiva e documental. Os dados foram coletados mediante 04 entrevistas semiestruturadas, lúdicas, anamnese, observação, análise documental e aplicação do teste projetivo HTP. Este estudo ocorreu com participantes institucionalizados
4	Pepsic	Estudos Interdisciplinares em Psicologia	Siqueira et al, 2021	Desafios da prática de estágio em Psicologia no acolhimento institucional	Relato de experiência de um estágio supervisionado
5	Scielo	Psicologia e Sociedade	Rodrigues et al, 2021	Mudar, pensar em mudar, continuar mudando: Narrativas das metamorfoses de uma adolescente em abrigo	Pesquisa qualitativa, por meio do estudo de caso, utilizou-se como estratégia investigativa a escuta e a análise da "narrativa da história de vida"

6	Lilacs	Psicologia : Ciência e Profissão	Rodrigues et al, 2021	Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional em Casas Lares	Pesquisa transversal descritiva realizada em duas casas lares, contando com 15 participantes do público infante juvenil. Os instrumentos utilizados foram caracterização sociodemográfica, Escala de Stress Infantil (ESI) e Escala de Stress Adolescente (ESA), e por fim, entrevista semiestruturada
7	Lilacs	Vínculo	Bonfatti; Granato, 2021	“É muito peso para uma pessoa só”: Narrativas interativas de adolescentes sobre o (Des)acolhimento institucional	Pesquisa qualitativa utilizando o método psicanalítico, guiando a escuta associativa e interpretativa. Como instrumento utilizou-se a Narrativa Interativa (NI) como recurso investigativo de acesso à experiência emocional dos 14 participantes na faixa etária da adolescência
8	Lilacs	Saúde debate	Espindola et al, 2019	Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução?	Análise de dados secundários a partir de dois sistemas informatizados oficiais
9	Scielo	Revista de Psicologia	Mastroianni et al, 2018	(Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados	Análise documental. Os materiais utilizados em cadastros de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional de uma Vara de Infância e da Juventude de uma comarca localizada no interior do estado de São Paulo
10	Scielo	Psicologia : Ciência e Profissão	Medeiros; Martins, 2018	O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico	Revisão bibliográfica
11	Scielo	Psicologia e Sociedad e	Poker, 2017	Políticas de identidade no sistema de acolhimento a	Pesquisa qualitativa com uma entrevista de história de vida de uma pessoa pós abrigada, considerado

				crianças: A história de vida de uma pós-abrigada	um estudo de caso
12	Lilacs	Aletheia	Both, 2017	O conto como possibilidade de revivência representacional do abandono	Pesquisa qualitativa, com um delineamento de estudo de caso único de uma família de três irmãos
13	Pepsic	Revista Polis e Psique	Battistelli; Cruz, 2016	Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas	Relato de experiência
14	Pepsic	Psico	Zappe; Dell' Aglio, 2016	Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal	Estudo longitudinal com a participação de 503 adolescentes, provenientes de acolhimento institucional ou de internação socioeducativa, aplicado o questionário da Juventude Brasileira
15	Pepsic	Revista Interinstitucional de Psicologia	Boesmans; Martins, 2016	Acolhimento institucional: Realidade, Causalidade Singularidade na psicanálise e no direito	Revisão bibliográfica
16	Lilacs	Psicologia Clínica	Souza; Brito, 2015	Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju	Revisão na literatura
17	Lilacs	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Silva et al, 2015	A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários	Pesquisa qualitativa e exploratória com entrevistas a seis psicólogas
18	Pepsic	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Rocha et al, 2015	Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram	Pesquisa qualitativa com a utilização da técnica de entrevista semidirigida a quatro famílias que passaram pelo processo de acolhimento institucional e após a reinserção familiar
19	SciELO	Psicologia e	Moreira, 2014	Os impasses entre acolhimento	Relato de experiência acerca dos paradoxos

		Sociedad e		institucional e o direito à convivência familiar	entre convívio familiar e acolhimento institucional e medida socioeducativa
--	--	------------	--	--	---

Fonte: A autora (2024)

Conforme o Quadro 2, a partir de um estudo detalhado, compreende-se que os artigos selecionados tiveram como objetivos em comum, refletir sobre a importância de políticas públicas para fomentar a garantia dos direitos ao público infante-juvenil. De acordo com o estudo de Nogueira (2024), seus resultados revelam avanços com relação às legislações, embora existam necessidades em discutir formas de execução, pois políticas necessárias para a evolução das medidas de acolhimento denotam obstáculos sob a perspectiva teórico/prático.

Neste entendimento, Brasil (2009), aponta a respeito da importância em articular serviços da rede pública, citando por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No ponto de vista da implementação de políticas públicas já existentes, ambos os órgãos públicos necessitam elaborar estratégias conjuntamente, com o intuito de promover a atenção integral à saúde de crianças e jovens, do mesmo modo, com seus familiares. Neste contexto de saúde, vale ressaltar que existem demandas de saúde física, mas principalmente demandas de saúde mental/emocional. Os serviços prestados sob a ótica mental/emocional, refere-se aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) sob o foco de transtorno mental e/ou uso abusivo de dependência química ou quando houver (CAPSI) referenciado exclusivamente ao público infante-juvenil.

Outro importante estudo, que corrobora com essa temática entre saúde mental/ emocional e meios de promoção sob a perspectiva das políticas públicas, foi a pesquisa realizada por Bonfatti e Granatto (2021). Ainda sobre o artigo referenciado, traz a reflexão acerca do apoio afetivo e social durante o abrigo, já na contrapartida, na transição para o desabrigo por intermédio das políticas públicas há muito a se elaborar, implementar e acompanhar sua eficiência e aplicabilidade de fato. Sendo assim, as instituições falham ao oportunizar rede de proteção e amparo às crianças e adolescentes que retornam ao seio familiar, e a partir dessa lacuna, pode resultar na reinstitucionalização.

A lógica dos acolhimentos institucionais pode trazer proteção e/ou risco, na medida em que por vezes, falha ao acompanhar de modo linear durante a

institucionalização do acolhido e em paralelo a família. Propiciar o desenvolvimento, auto responsabilidade e a reconexão afetiva entre acolhido e familiares/responsáveis legais, faz total diferença na assertividade da prática profissional. Ainda sobre o papel a ser desempenhado pela equipe técnica, analisar reais condições psíquicas, socioculturais e econômicas da família para prover segurança e bem-estar no retorno familiar (Parra; Oliveira; Maturana, 2019).

Outra área necessária para garantir a execução de políticas públicas, direciona para a articulação do sistema educacional. É no contexto escolar, que se torna possível a garantia do direito à convivência comunitária, sendo assim, algumas crianças e jovens ao chegarem aos centros de acolhimento, o serviço depara-se com a realidade de evasão escolar, baixo rendimento, conflitos entre rede familiar e ambiente escolar, entre outros aspectos. Imediatamente, as instituições de acolhimento, necessitam buscar incluir este público nas escolas já matriculadas com o objetivo de evitar rompimento de vínculos já existentes com colegas e comunidade escolar, o foco precisa ser em proteger o sentimento de pertencimento àquela comunidade, e assim, evitando alterações raciais em sua rotina na totalidade. Quando não há vinculação educacional, deve-se prover matrícula mais próxima da nova comunidade residencial (Brasil, 2009).

De acordo com o estudo de Siqueira et al., (2021), identificou-se número considerável de evasão escolar, sendo necessária a inclusão na comunidade escolar após a institucionalização de crianças e jovens. O artigo cita algumas justificativas para a evasão, como por exemplo, necessidade em contribuir com a renda familiar, falta de estímulo por parte dos cuidadores e a baixa motivação relacionado ao ensino propriamente dito.

Segundo o ECA (2022), as articulações entre serviços sociais, saúde e educação são indispensáveis para integrar a comunidade, porém não menos importante, órgãos não governamentais têm seu espaço. Estes locais são responsáveis pela elaboração e implementação de programas e projetos sob o foco na cultura, lazer, geração de trabalho e renda, habitação, transporte e a capacitação profissional do acolhido e do familiar. Já no âmbito jurídico, o Sistema de Justiça apoia a implementação do Plano de Atendimento Individual e Familiar (PAIF), acompanhamento do processo de reintegração familiar, se necessário, destituição do poder familiar, cadastro para interessados na adoção, entre outros. O Conselho Tutelar apoia a implementação do PAIF, acompanha as famílias, aplica medidas,

quando necessário e apoia a reintegração familiar. Já a Segurança Pública investiga e responsabiliza casos de violência e negligência, acompanha os avanços dos familiares para a reintegração familiar, entre outros. Estas são as principais medidas para otimizar a proteção integral, embora na prática ainda ocorram lacunas ou acompanhamento tardio, o que leva à violação dos direitos de crianças e jovens. Sendo assim, há a necessidade de haver os acolhimentos institucionais para reparar e suprir as faltas dentro dos lares familiares, com o intuito de promover segurança e bem-estar (Brasil, 2009). O quadro 3 apresenta uma comparação entre as temáticas encontradas nos 19 artigos selecionados para a presente revisão sistemática.

Quadro 3: Temas encontrados

Temática abordada	Artigos Selecionados																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19
Conceitualização histórica	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S
Guia Normas Técnicas	N	S	N	S	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N	S
Elaboração e potência de políticas públicas	S	N	N	N	N	N	S	S	S	S	N	N	S	N	S	S	S	S	N
Fragilização dos vínculos familiares	S	S	S	N	N	N	N	S	S	N	S	N	N	S	N	S	S	N	S
Desmembramento de irmãos	S	N	N	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N
Múltiplas negligências resultam em acolhimento	S	S	N	S	S	S	N	S	S	N	N	N	N	N	S	S	N	S	N
Cuidados com o acolhido, mas não com a família	S	N	N	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	S	S	N	N	S
Mesmo sofrendo violência os acolhidos deseja retornar para o convívio familiar	N	N	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	N	N	S	N	N	S	N
Vínculo saudável entre cuidador e equipe técnica com acolhido	N	S	N	N	S	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Rotatividade entre cuidadoras fragiliza os vínculos	N	S	S	S	N	N	S	N	N	S	N	N	N	N	N	S	S	N	N
Danos a saúde mental quando descumprido o tempo e acolhimento máximo de 2 anos	S	S	S	S	S	S	S	N	N	N	N	N	N	N	N	S	N	S	N

Danos a saúde mental de quem permanece acolhido, quando outra pessoa sai da instituição	N	S	S	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Relevância para a saúde mental quando o cuidado é compartilhado	S	N	S	S	N	S	S	S	N	N	N	N	S	N	N	N	S	S	N

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Com base nos resultados do Quadro 3, Moreira (2014), aponta as importantes conquistas com relação aos direitos e deveres do público infantil juvenil. As multiplicidades presentes no Guia de Orientações Técnicas e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, direcionam as gestões público/privado para a estruturação e manutenção dos serviços. Conforme a visão de Miranda (2016), trazer a evolução histórica se faz necessário para compreender os avanços obtidos, bem como os pontos que ainda necessitam de maiores cuidados e serem potencialmente desenvolvidos. Foi possível analisar divergências entre o que diz as normas e como estão na atualidade, sendo assim, importante destacar os principais pontos em evidência nos artigos selecionados.

Segundo Zappe e Dell' Aglio (2016), aborda a temática sobre a fragilização dos vínculos familiares, pois a partir da aplicação da medida protetiva, frequentemente ocorrem os rompimentos dos laços familiares. Portanto, para Wallon (2010), estudioso dedicado a compreender o desenvolvimento humano, correlacionando as interações com o ambiente, os relacionamentos saudáveis e a afetividade, entende-se como prejudicial o descuido ou descaso de também não acompanhar a família nesse processo de separação. Referente aos estudos de Bonfatti e Granato (2021), o processo de institucionalização compara-se ao luto, pois se faz necessário elaborar o afastamento do seio familiar e adaptar-se ao novo ambiente e costumes. Mais tarde, quando o jovem está em processo de desabrigoamento, tende a reviver novamente a experiência do luto. Nesses momentos podem surgir sentimentos de culpa, medo excessivo, tristeza, melancolia, comportamento apático ou agressivo. Importante compreender como ocorre a ideia de precisar adaptar-se a uma nova realidade pode surgir a ilusão seguida da desilusão gradual do próprio ambiente (Vieira, 2020).

Para melhor compreensão sobre as múltiplas negligências que implicam em acolhimento, Poker (2019), através de um estudo de caso, abordou-se a história de vida de uma menina, que entre seus 07 aos 17 anos de idade esteve acolhida em

uma instituição. Durante a primeira infância teve seus direitos violados de formas múltiplas, sem residência fixa, circulante em rede de familiares, evasão escolar, sem ou pouco acesso a saúde, alimentação inadequada e possivelmente vulnerável emocionalmente, conforme relato trazido no artigo estudado. Após denúncia realizada pela comunidade escolar, é encaminhada através do Conselho Tutelar para um centro de acolhimento.

Durante sua permanência de cerca de 10 anos na instituição, houve pontos fortes, assim como momentos de angústia e sofrimento emocional. Entre as fases listadas houveram a “menina ioiô”, “menina solitária”, suprimimento de vestimenta e alimentação, mas por vezes lhe faltava afetividade. Sentia-se incluída na escola, recebendo afeto por parte dos colegas e professores, porém encontrava dificuldades em vincular-se com a equipe de cuidadoras e equipe técnica do acolhimento. Segundo Fermino e Lima (2023), é comum mesmo com ambiente de violação e privação, ainda haja desejo de retorno ao contexto familiar negligente, pois o sujeito nunca está de fato preparado para o rompimento.

Dentre os estudos selecionados, surgiu uma demanda com grande prevalência nos artigos referente ao tempo de permanência na instituição. Perante a legislação não é permitido período maior a 02 anos, fato este que por diversas causas não se cumpre. Rodrigues et al., (2021), aponta como motivos para a institucionalização a negligência, abandono, maus-tratos, uso abusivo de álcool e outras drogas por parte dos responsáveis. Sendo assim, devido a falta de estratégias para enfrentamento e/ou suporte para a rede familiar, ocasiona no tempo maior de permanência. Os danos à saúde mental/emocional que esse tempo “extra” gera, associa-se às dificuldades de formar relacionamentos afetivos duradouros, à sociabilidade, a possibilidades em desenvolver distúrbios psiquiátricos.

Conforme Medeiros e Martins (2019) trazem outra importante pauta, foi notória a relação entre cuidadora e acolhido. O papel do cuidador está voltado para necessidades primárias, como alimentação, higienização, acompanhamento médico, escolar e demais funções, a parte dos cuidados secundários de ordem reflexiva, cuidados com a saúde emocional e mental é responsabilidade da equipe técnica. Posto isso, essa metodologia de cuidados e modo subdividido, por vezes, confunde ou sensibiliza a aproximação com o acolhido, devido à terceirização das formas de promover cuidado. Desse modo, Czelusniak et al., (2023), mencionam quanto à permanência maior na instituição, maior o contato e por consequência

maior vinculação entre acolhido e cuidador. O cuidador ao suprir a falta da rede familiar, passa a ocupar importantes espaços nunca preenchidos ou desocupados com o afastamento entre família e acolhido.

Dentro do estudo de Nogueira et al., (2024), revelou danos na saúde mental quando o acolhimento ultrapassa 02 anos de permanência, a falta de apadrinhamento afetivo, quando não há irmãos sanguíneos na instituição, ser acolhido após os 07 anos de idade, entre outros motivos. Vieira (2020) refere-se às ideias de Bowlby (2006) ao mencionar sobre a potência e pulsão de vida quando há vínculos saudáveis e bem consolidados já nos primeiros meses de vida. Esses ganhos refletem ao longo da vida dos sujeitos, promovendo maior segurança, autoestima e autovalorização, entretanto, sabe-se que por vezes, nos casos de famílias sem estrutura afetiva minimamente formada, podem conter prejuízos significativos. Por fim, Fermino e Lima (2023), compartilham ideias acerca do sofrimento mental por parte das cuidadoras, quando não se sentem minimamente preparadas para as diferentes realidades de vida e demandas emocionais que os acolhidos chegam na instituição, assim sendo necessário o cuidado partilhado entre equipe técnica e cuidadora. Essa divisão pode refletir na vinculação tardia entre cuidador e acolhido, pois perde-se a referência de quando recorrer a quem se deve procurar. As cuidadoras são vistas como mães sociais, onde teoricamente seria a detentora dos cuidados e pelo acolhimento da criança ou adolescente, essa divisão pode causar sofrimento psíquico de ambos os lados.

Por fim, promover suporte emocional e mental está previsto ao longo dos processos de acolhimento, podendo ser por parte da equipe técnica e/ou mães sociais ou cuidadoras. Para que isso ocorra, é necessário ofertar preparo das cuidadoras, para que durante um diálogo haja a livre expressão e suporte afetivo (Brasil, 2009).

5. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi compreender de que modo a saúde mental pode ser impactada através da institucionalização, nas fases do ciclo vital da infância e na adolescência. Dentro dos estudos em destaque para esta revisão da literatura, identificou-se dificuldades na implementação das normativas da legislação para garantir os direitos dos acolhidos. Observou-se que a entrada nas instituições é uma fase de transição complexa, na medida em que gera o afastamento do convívio

familiar e implica na inserção do novo contexto. Por vezes, a mudança produz impactos emocionais e comportamentais, pois cria-se novos papéis ocupados pela equipe técnica, mães sociais ou cuidadoras e demais acolhidos. Mesmo que no seio familiar haja carência de afeto por parte dos genitores, o ambiente seja negligente ou vulnerável, ainda assim a separação é marcada por um rompimento doloroso entre a criança com relação a figura cuidadora. Importante ressaltar que, a presença de afeto na transição e durante a institucionalização, fornece apoio para a adaptação e estratégias de enfrentamento, acerca dos eventos estressores já existentes e possíveis novos no atual contexto.

A equipe técnica composta por psicólogo e/ou assistente social é responsável pelo acolhimento na chegada do novo integrante ao lar institucional. Quando não entendem os motivos para ali estarem, podem compreender como uma punição, desencadeando insegurança, resistência, agressividade e/ou sensação de abandono. Por esses e outros motivos, torna-se necessário que a primeira escuta, ocorra por parte da equipe técnica de modo afetuoso, transmitindo segurança e habilidade de compreender as manifestações cognitivas, comportamentais e emocionais.

O papel referenciado para as mães sociais integra cuidados de ordem primária, mas por vezes necessita prestar suporte às demandas emocionais, essencialmente aos finais de semana, turno da noite, ou seja, momentos que o serviço encontra-se descoberto pela equipe técnica. Assim sendo, indispensável que as cuidadoras sejam contempladas com atividades de orientação, capacitação, para proverem autonomia e repertório, quando haja demandas emocionais em situações específicas, e que possam estar melhor preparadas para ofertar o cuidado com qualidade. Necessidades físicas, emocionais, sociais e psicológicas emergem a qualquer momento, portanto, fragmentar o cuidado pode causar prejuízos ao vínculo entre acolhido e serviço.

O sofrimento psíquico surge decorrente das experiências anteriores à institucionalização, mas o descontentamento com o atual contexto também causa impacto. Referente ao tempo de permanência superior a 02 anos, indica um agravante para o desenvolvimento biopsicossocial, assim como gera angústia a espera de quando passarão a receber visitas assistidas, sair para visitas familiares ou apadrinhamento. Crianças e adolescentes são capazes de afetar-se e produzir

afeto uns aos outros, desse modo, refletir acerca da saúde mental, demanda considerar singularidade, visão de si e do mundo e na interação com o ambiente.

A separação pode ser compreendida como um luto, seja ao sair do seio familiar ou no momento do desacolhimento. O luto pode ser revivido na fase da adolescência quando se está prestes a atingir a maioridade, podendo causar prejuízos emocionais com a sensação de abandono no momento de recomeçar seu planejamento de vida. Ainda sobre o desligamento, é imprescindível desenvolver reflexões tanto do acolhido como das cuidadoras, para que assim esse processo seja gradual, reduzindo as possibilidades de haver ruptura dos vínculos estabelecidos.

As limitações entre os estudos selecionados, ocorrem por intermédio em analisar os reflexos negativos, quando há dificuldades de promoção do cuidado personalizado com acolhido, mas também com rede familiar. Desenvolver palestras educativas, com orientação e formas de assegurar os direitos e deveres da família como suporte do filho.

Importante investir no convívio familiar saudável, através de políticas públicas que garantam as necessidades primárias das famílias, e assim assegurar os direitos das crianças e jovens. A relação entre perfil das famílias com filhos institucionalizados e a pobreza, apresentou dados consistentes. Sendo assim, pais com dependência química, baixa renda, baixa ou sem escolaridade, geralmente são casos que tem o poder destituído ou quando há reintegração familiar, tempos depois há o retorno às instituições de acolhimento. Sugerem-se novos estudos que possibilitem ampliar as políticas públicas e acompanhamento dessas famílias, a fim de prover cuidado e proteção e evitando a institucionalização. Recomendam-se novas pesquisas qualitativas e quantitativas com o objetivo de avaliar as percepções dos acolhidos, pois a maioria desses estudos selecionados preocupou-se com as percepções dos trabalhadores.

A saúde mental tem conquistado um papel de destaque na atualidade, na medida com que as múltiplas vulnerabilidades sociais e pessoais ficam evidentes através dos meios de comunicação. Para obter a lógica de prevenção e promoção da saúde integral, é necessário reformulações nas normas técnicas e dos órgãos competentes de fiscalização.

Referências

ANDRADE, M. S. Estudo sobre a escrita em crianças e adolescentes abrigados. **Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, v. 28, 2011. Disponível em: <https://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/152/estudo-sobre-a-escrita-em-criancas-e-adolescentes-abrigados>. Acesso em 18 set. 2024.

BATTISTELLI, B. M; CRUZ, L. R. Saúde Mental na Infância: cuidado e cotidiano nas políticas públicas. **Rev. Polis e Psique**, p. 187 - 205, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/69780>. Acesso em: 18 set. 2024

BOESMANS, E. F; MARTINS, K, P,H. Acolhimento institucional: Realidade, causalidade e singularidade na psicanálise e no direito. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, pg 03 - 16, 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v9n1/v9n1a02.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

BONFATTI, S. C; GRANATO, T. M. M. É muito peso para uma pessoa só: Narrativas de adolescentes sobre o (des) acolhimento institucional. **Vínculo** v.18, n.1, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v18n1/v18n1a06.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024

BOTH, L.M. O conto como possibilidade de revivência representacional do abandono. **Aletheia** v.50, n.1-2, p.58-70, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-0394201700100006. Acesso em: 28 ago. 2024.

BOWLBY, J. Apego, a natureza do vínculo. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOWLBY, J. Cuidados maternos e saúde mental. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. **Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13509.htm Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL, Parâmetros de Funcionamento. In: BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional da Assistência Social. **Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. 2. ed. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf. Acesso em 28 de ago 2024.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=cleara> Acesso em 28 de ago 2024.

CZELUSNIAK, C. B. et al. Implicações da Prática Profissional no Acolhimento Institucional de Crianças: Perspectiva de Cuidadoras. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XVdbSW3j8NGHvVp96n8xS5z/>. Acesso em: 30 ago. 2024.

DINIZ, I. A. ASSIS, M. O. Crianças institucionalizadas: Um olhar para o desenvolvimento socioafetivo. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 5, p. 261-285, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15978/13036>. Acesso em 28 ago. 2024.

ECA. Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. (2022) **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Disponível em: <https://domainpublic.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/03/eca-2023.pdf> Acesso em 28 de ago 2024.

ESPINDOLA, S. P; VIANA, M. B; OLIVEIRA, M. H. B. Crianças e adolescentes acolhidos no estado do Rio de Janeiro: a adoção é a solução? **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 4, p. 34-47, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/LR44QzRVnvdS3NmmLmmtjtt/>. Acesso em: 28. ago. 2024.

Fermino, S., & Lima, D. B. Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v.12, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/369427607_Analise_das_condicoes_psiquicas_de_crianças_e_adolescentes_submetidos_a_institucionalizacão. Acesso em: 2. set. 2024

FONSECA, Patrícia Nunes. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Rev. psicopedag.**, São Paulo , v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006. Acesso em 29 de ago 2024.

PEREIRA, G. C. S. F; FERREIRA, L. Q. A importância do vínculo afetivo na primeira infância. São Paulo. **Revista Saúde em Foco** - ed.nº4 - Ano:2022. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2022/05/A-IMPORTANCIA-DO-VINCULO-AFETIVO-NA-PRIMEIRA-INFANCIA-p%3%A1g-234-%3%A0-242.pdf> Acesso em 18 de set 2024.

GRATIOT, A. H. **Henri Wallon**. Ed. Massangana. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ifrj.edu.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=8650>. Acesso em: 13 nov. 2024.

KOLLER, S.H; COUTO, M. C,P; HOHENDORFF, J. V. **Manual de Produção Científica**. Dados eletrônicos - Porto Alegre: Penso, 2014.

LEMOS, S; GECELE, H; ANDRADE, J. Os Vínculos Afetivos no Contexto de Acolhimento Institucional: Um Estudo de Campo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2017 . Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/RPgnrhTYtLc83qt6dfq3CzC/abstract/?lang=pt> Acesso em 29 de ago 2024.

MASTROIANNI, F. C et al. (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. **Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 223-233, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/cbJh4mCQBpLJVdrQGwGHchw/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MEDEIROS, B.C.D; MARTINS, J.B. O Estabelecimento de Vínculos entre Cuidadores e Crianças no Contexto das Instituições de Acolhimento: um Estudo Teórico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38 n°1, p. 74-87, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/brasil/resource/pt/biblio-882732#:~:text=O%20presente%20artigo%20tem%20como%20foco%20a%20realiza%C3%A7%C3%A3o.estabelecidas%20com%20os%20sujeitos%20acolhidos%20e%20seus%20familiares.> Acesso em: 15 ago. 2024

MIRANDA, G. L. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. Belo Horizonte. **Revista de administração pública**, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9WSvwVfRCp5dgnS5Yg5tMGz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 29 de ago 2024.

MOREIRA, M.I.C. Os impasses entre o acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 28-37, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8K6q7MWYjwhrMtBKQxtQ34t/>. Acesso em: 15 set. 2024.

NOGUEIRA, R. B. A; et al. A medida protetiva de acolhimento institucional de crianças e adolescentes na perspectiva dos estudos nacionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, 2024. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2024.v29n7/e02902024/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PARRA, A. C. O; OLIVEIRA, J. A; MATURANA, A. P. M. O paradoxo da institucionalização infantil: proteção ou risco? **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n° 1, p. 155-175, jan, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000100010#:~:text=Desde%20meados%20do%20s%C3%A9culo%20XX,o%20desenvolvimento%20de%20crian%C3%A7as%20acolhidas. Acesso em 18 de set 2024.

POKER, T.C.D. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: a história de vida de uma pós-abrigada. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8Zy4qzkVt7TsPv85qWcYwLH/#>. Acesso em: 15 ago. 2024.

Organização Mundial de Saúde (OMS). **Saúde mental**. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental>. Acesso em 10 de nov 2024.

RODRIGUES, J. L. S; et al. Mudar, pensar em mudar, continua mudando: Narrativas das metamorfoses de uma adolescência em abrigo. **Psicologia e Sociedade**, v.33, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wsWdbzXcDgzfFVb4JNvSrFH/>. Acesso em: 18 set. 2024.

RODRIGUES, L. H. F; PREBIANCHI, H. B. LIMA; A.F. Estresse e Estratégias de Enfrentamento em Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional em Casas Lares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/wsWdbzXcDgzfFVb4JNvSrFH/#>. Acesso em: 18 set. 2024.

RIZZINI Irene; RIZZINI, Irma. Focalizando a história recente: panorama e desafios. In: RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p. 43-59. [E-Book]. Disponível em: https://www.editora.puc-rio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf Acesso em 18 de set 2024.

ROCHA, P. G. Aspectos inibidores do lazer no acolhimento institucional: o caso de Belo Horizonte. **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer - UFMG**, 2023. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Aspectos-Inibidores-do-Lazer-no-Acolhimento-Rocha/8a00ea0e3b9728805ec0c0a79f5caba7cc00819e>. Acesso em 18 de set 2024.

ROCHA, P. J.; ARPINI, D. M.; DAL, S. Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 67, n. 1, p. 99–114, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000100008. Acesso em: 28 set. 2024.

SALLES, J. F; et al. **Neuropsicologia do desenvolvimento: infância e adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SILVA, C. D. L et al. A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.10, n.1, p. 55 - 65, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100005. Acesso em: 18 set. 2024.

SIQUEIRA, A. C. Desafios da prática de estágio em psicologia no acolhimento institucional. **Estudos interdisciplinares em psicologia**. Londrina, v. 12, n. 1, p. 03-17, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-6407202100020002. Acesso em: 18 set. 2024.

SOUZA, A. J.M et al. Revisitando a hipótese de Bowlby: teoria do apego, maturação, neuroendócrina e predisposição para psicopatologia. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 2020. Disponível: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9895>. Acesso em 18 de set 2024.

SOUZA, F.H.O; BRITO, L.M.T. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clínica**. v. 27, n.1, p. 41-57, 2015. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652015000100003. Acesso em: 10 out. 2024.

VIEIRA, F. C. A importância do apego nos anos iniciais de vida: Uma breve visão à luz da teoria de John Bowlby e de Winnicott. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v.1, p. 128-135, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/importancia-do-apego>. Acesso em 18 de set 2024.

ZAPPE, J. G.; DELL'AGLIO, D. D. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, v. 47, n. 2, p. 99, 2016. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-5371201600200002. Acesso em: 15 set. 2024.